

ACM só tem o apoio garantido de 2 senadores

Chances de baiano e de Arruda escaparem de punição no Conselho de Ética do Senado são remotas

José Augusto Gayoso

• BRASÍLIA. São muito pequenas as chances de os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) conseguirem mudar o quadro desfavorável no Conselho de Ética, que na semana que vem deverá dar o primeiro parecer favorável a uma punição disciplinar aos dois pela violação do painel eletrônico de votação.

Os dois senadores precisam do apoio de, no mínimo, oito membros votantes para impedir a aprovação do pedido de cassação ou suspensão de seus mandatos. O PFL de Antonio Carlos tem cinco representantes no conselho, mas não há garantia de que todos votem pela sua absolvição.

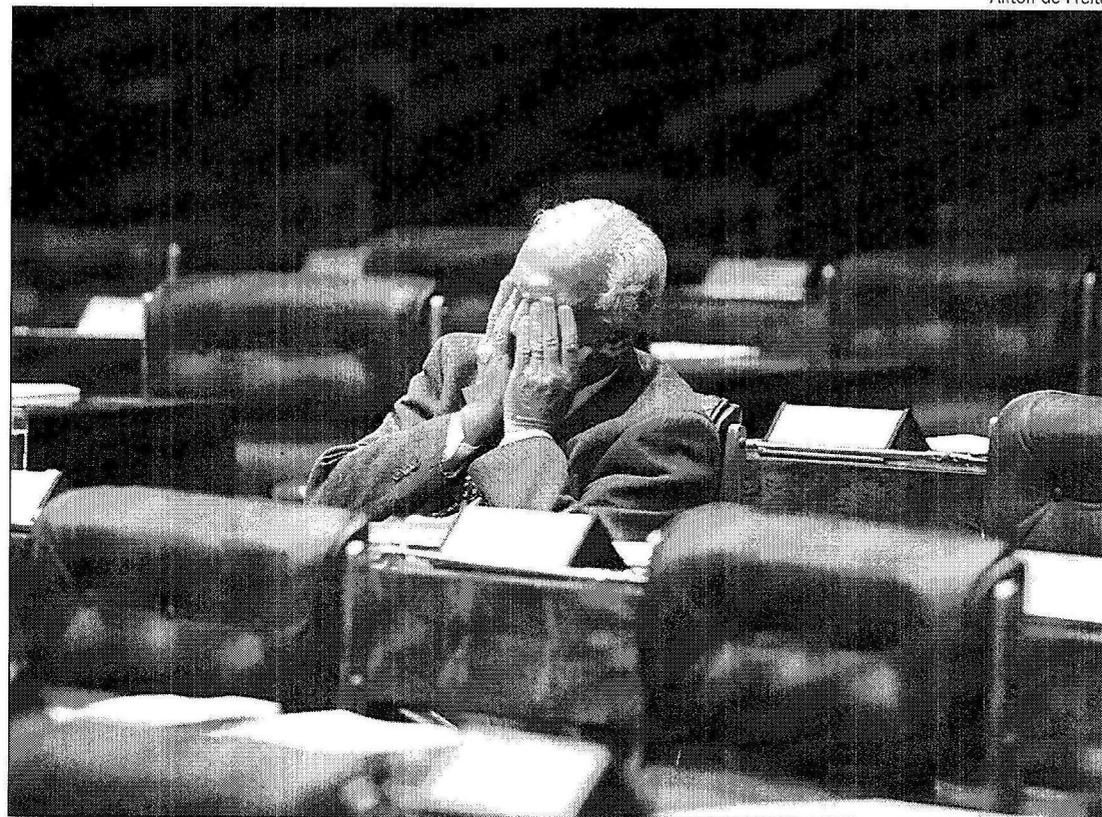
Aconselhado por senadores e deputados da chamada bancada carlista, o ex-presidente do Senado está buscando contatos com senadores que votam no conselho, mas até agora não se aventurou fora de seus domínios. Ele tem garantidos os votos de Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Paulo Souto (PFL-BA). Precisa confirmação do corregedor Romeu Tuma (PFL-SP), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Nabor Júnior não assume compromisso com ACM

Um dos cinco peemedebistas que integram o conselho e que ainda não havia deixado claro se vai votar a favor de uma punição, o senador Nabor Júnior (AC) garante que não há a menor hipótese de ele vir a decidir pelo voto em cima de um pedido de Antonio Carlos.

— Ele não me ligou e, se ligar, vou logo dizendo que não assumo compromisso nem antecipo voto — disse ele.

Até mesmo um dos pefelis-



Ailton de Freitas

SATURNINO BRAGA, relator do processo: o parecer sobre o caso deverá ser divulgado na próxima semana

tas do conselho adiantou que, se não deixar de atender ao ex-presidente do Senado, vai apenas ouvi-lo, por uma questão de educação, mas não pretende mudar o voto.

Saturnino diz que entrega relatório até dia 17

O relator, Saturnino Braga (PSB-RJ), garantiu que entrega seu parecer no Conselho de Ética até o próximo dia 17. O relatório, que deve sugerir a cassação do mandato de Antonio Carlos e Arruda, poderá ser votado no próprio dia 17 pelo conselho.

Tanto o relator quanto o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) defenderam uma votação aberta no Conselho de Ética, mas precisam convencer outros integrantes, em especial senadores do PMDB e a bancada do PFL. As regras da sessão da próxima semana

serão decididas hoje à tarde.

Assumindo uma postura humilde pouco comum, o senador José Roberto Arruda voltou ontem a seu gabinete, declarou-se arrependido e reconheceu que não tem sustentação política similar à de Antonio Carlos Magalhães, que, para ele, tem mais experiência política e recursos financeiros para se livrar da cassação.

“Não faria mais nada em nome dele”, diz Arruda

— Estou arrependido, claro. Se o senador Antonio Carlos me pedisse a consulta hoje eu não faria isso. Não faria mais nada em nome dele, já que agora ele nega. Também seria mais cuidadoso na consulta para a doutora Regina (Borges), porque só fui saber exatamente o que ela fez oito meses depois — disse.

O senador Arruda disse

concordar com o voto aberto dos senadores do Conselho de Ética, na apreciação do parecer do relator Saturnino Braga (PSB-RJ). Mas argumenta que não dá para mudar as regras no meio do jogo. Para ele, o voto deverá ser secreto, neste processo já em curso.

— Acho que somos (os três) eles de uma mesma corrente. Mas também acho que, no meu caso, não se pode pedir a pena máxima. Eu tive a hombridade de reconhecer minha falta. Não se pode dar ao episódio dimensão que ele não tem. Como se pode pedir pena de morte para uma infração de trânsito? Não estamos num regime totalitário onde toda falha é punida da mesma forma. É a morte política perder um mandato dessa forma — declarou José Roberto Arruda. ■